

O DOCUMENTO SERÁ APRESENTADO PARA APRECIÇÃO DO PLENO DO CONIF EM MAIO DE 2022

**DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE
INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES QUE INTEGRAM A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO BRASIL**

1. INTRODUÇÃO

Diante do novo contexto da educação pública do Brasil, com a acentuação dos processos de mundialização, dos movimentos migratórios e de integração regional nos mais diversos âmbitos, é fundamental a compreensão do papel das Relações Internacionais no que se refere à Educação Pública e, especificamente, à Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil.

Em consonância com esses processos, a instituição da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (EPCT) cumpre um papel importante para o fomento de uma nova etapa da Educação Profissional e Tecnológica do país, materializado por meio dos programas e políticas específicas para o setor. Dentre elas, destacam-se, a ênfase na formação humana, cidadã e global como complementação da formação acadêmica, a política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da Rede Federal e a ampliação de ações voltadas ao entendimento para dinamizar o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional. “ Destaca-se a capacidade da Rede para o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no seu âmbito de atuação”, conforme previsto na Lei 11.892/2008.

A troca de experiências em processos de ensino-aprendizagem e a formação *lato e stricto sensu* ganharam um caráter de maior unidade com a criação dos Institutos Federais, garantindo-se, assim, a autonomia de cada instituição. Esse novo caráter promove a realização de uma política coerente em todo o país, reconhecendo e valorizando a Educação Profissional e Tecnológica, que se dá a partir da indissociabilidade dos processos de ensino, pesquisa e extensão.

Ao mesmo tempo, para a realização das ações das Instituições da Rede Federal, busca-se constantemente uma ênfase nas particularidades locais e regionais para atingir, desta maneira, um verdadeiro processo de inclusão social. Nesse contexto, faz-se indispensável considerar-se o âmbito internacional e assim garantir novas oportunidades que promovam a educação de qualidade e intercultural das instituições integrantes da Rede Federal.

As Relações Internacionais representam condições fundamentais para o desenvolvimento institucional e dos cidadãos, em especial, quando se trata da temática educacional, com relevantes aspectos científicos e tecnológicos. Torna-se essencial conhecer e vivenciar as

experiências de outros países, buscando o diálogo entre culturas, permitindo a compreensão das singularidades e diferenças, a troca de conhecimentos, o estímulo à solidariedade e à cultura da paz.

Milan e Pinheiro (2013) defendem que há um estreitamento entre a política externa e outras políticas públicas. Nesse sentido, há que se mencionar o movimento brasileiro de internacionalização de uma extensa pauta de suas políticas públicas. Essas ações estão presentes “da educação à saúde, do desenvolvimento agrícola às políticas culturais (...) em paralelo aos processos de globalização da economia, muito corrobora a mundialização da política e reproblematisa as hierarquias da política externa brasileira” (2013, p. 25).

Atualmente, a complexidade do contexto mundial requer a formação de cidadãos com visão geral de mundo, mas, ao mesmo tempo, com habilidades específicas (*hard skills*) e habilidades socioemocionais (*soft skills*). Essa realidade gera necessidade de mudanças nos projetos educacionais, referentes à formação de trabalhadores que atendam a este novo panorama mundial, relacionado ao processo de globalização.

Dessa forma, são muito importantes os benefícios gerados pelas trocas de experiências e intercâmbio de estudantes, docentes, técnicos administrativos e gestores com instituições parceiras de outros países. Ademais, os projetos de cooperação internacional permitem conhecimento mútuo em pesquisa, além de promover o desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais, de tecnologias, de sistemas de ensino e formação pedagógica, o compartilhamento de boas práticas de governança e contribui para gerar visibilidade internacional às ações das instituições brasileiras, constituindo-se como relevante ferramenta de diplomacia.

Diante desse quadro, o presente documento destina-se a construir uma unidade em torno das ações estratégicas de Relações Internacionais, otimizando todo o potencial que existe no relacionamento entre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e as instituições de outros países.

No caso das dimensões continentais brasileiras, as relações internacionais representam um estímulo para compreender como a proximidade espacial convive com grandes diferenças relativas à formação histórica e à composição sócio-cultural dos diferentes países e sub-regiões da América do Sul. Para isso, é fundamental que sejam reforçados os laços fronteiriços com os diversos países da região.

Ademais, considerando os processos históricos e socioeconômicos do Brasil, é importante o estreitamento das relações com instituições do continente africano, bem como com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), favorecendo assim o desenvolvimento social, tecnológico e econômico por meio da cooperação Sul-Sul.

No que tange à Educação Profissional e Tecnológica, é papel da Rede Federal fomentar a integração regional desenvolvendo políticas específicas de cooperação e de intercâmbio.

Assim, compreende-se que as Relações Internacionais representam um instrumento fundamental para a melhoria da educação, que se constitui como um elemento imprescindível para o desenvolvimento econômico, cultural e social do país e do continente americano.

2. CONCEITO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização, em níveis nacional, setorial e institucional, é definida como “o processo no qual se integra uma dimensão internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e ofertas de educação pós-secundária.” (Knight, 2004: 12). A partir desta concepção, em termos mais amplos e aplicados ao contexto da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, compreende-se a internacionalização como um processo que integra atividades que envolvem as diversas modalidades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, internacionalização em casa, projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições de mais de um país, o desenvolvimento de aspectos curriculares que impactem na prática pedagógica no Brasil e/ou no exterior.

Entende-se que a internacionalização está intrinsecamente relacionada com a cultura organizacional da Rede Federal, reafirmando a natureza social e internacional decorrente do compromisso das instituições com o processo de geração, difusão do conhecimento e melhoria da sociedade.

Knight (2004), ao comentar que a internacionalização possui uma dimensão institucional, refere-se às instituições provedoras de ensino. Na Rede Federal, isso se aplica a todos os níveis formativos relacionados com a Política da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo todos os setores respectivamente relacionados de forma central ou periférica com a atividade acadêmica, as boas práticas de gestão e governança, além dos órgãos governamentais e não-governamentais, Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Ministério da Economia, Ministério das Relações

Exteriores, área de relações internacionais e departamentos ou organizações relacionados à área de educação.

As dimensões internacional, intercultural e global são utilizadas como conceitos complementares. Internacional refere-se às relações entre nações, culturas ou países. Intercultural é usado para enfatizar a importância da tolerância da diversidade cultural que existe dentro de países, comunidades e instituições. Global refere-se ao escopo amplo e mundial conferido à Educação como elemento transformador de uma sociedade.

Desta forma, entende-se a internacionalização como um processo dinâmico, participativo e multidirecional que demanda uma constante negociação de sentido entre todas as partes envolvidas e uma atuação ativa junto ao processo de construção de propostas entre todos os envolvidos.

É um processo que demanda constante avaliação e deve considerar fatores internos e externos. O ciclo Delta para internacionalização proposto por Rumbley (2010 *apud* Szyslo, 2016, p 6) captura um amplo espectro de questões complexas e estabelece uma representação visual da internacionalização como uma dinâmica.

O ciclo identifica seis fases para implementação da internacionalização, quais sejam: 1 -

- Comprometimento;
- 2 - Planejamento;
- 3 - Implementação/operacionalização;
- 4 - Revisão;
- 5 - Fortalecimento;
- 6 - Consciência.



3. OBJETIVOS

A política de relações internacionais proposta para a Rede Federal, neste documento, tem como objetivos:

- Sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade e os benefícios da internacionalização no processo educacional e no desenvolvimento institucional;
- Institucionalizar a cultura da internacionalização como tema transversal no âmbito das instituições de ensino profissional, científico e tecnológico, de maneira a permear, além da cooperação e mobilidade, a discussão sobre currículos, pesquisa, avaliação, certificação profissional, acreditação, reconhecimento de títulos estrangeiros, extensão, acesso/permanência e êxito de estudantes estrangeiros e gestão administrativa;
- Realizar cursos e oficinas para a qualificação das equipes que integram o sistema de relações internacionais da Rede Federal;
- Desenvolver gestões articuladas entre as instituições que integram a Rede Federal, CONIF e o Ministério da Educação (MEC), notadamente a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC);
- Monitorar e dar visibilidade às ações internacionais desenvolvidas na Rede Federal em âmbito nacional e internacional;
- Ampliar os processos de cooperação promovendo atividades de intercâmbio internacional da Rede Federal no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação, do desenvolvimento institucional e do multiculturalismo;
- Fomentar os ecossistemas de empreendedorismo e inovação;
- Estimular a inserção internacional de todas as unidades que compõem a Rede Federal por meio do aperfeiçoamento e da qualificação de estudantes, do quadro docente e de técnicos administrativos, bem como das instituições internacionais parceiras;
- Estimular atividades de relações internacionais sintonizadas com o princípio da educação como um bem público, gratuito e universal;
- Promover eventos que possibilitem o debate e o aperfeiçoamento da política internacional das instituições da Rede Federal;
- Mapear diferentes práticas de políticas públicas da educação profissional, científica e tecnológica, além de outras sobre culturas e línguas;
- Fomentar o ensino-aprendizagem de línguas nas instituições da Rede Federal;
- Debater e apresentar ideias, projetos, programas e ações que contribuam para o desenvolvimento das unidades responsáveis pelas relações internacionais na Rede Federal;
- Protagonizar e prestar apoio técnico especializado às missões internacionais com intuito de aproximar as Instituições que compõem a Rede Federal às boas práticas globalizadas no âmbito educacional;
- Representar as instituições que compõem a Rede Federal nos diversos ambientes de debate e deliberação acerca da internacionalização e da educação internacional, sejam estes fóruns, organismos, associações, regimes e demais agremiações locais, regionais, nacionais e internacionais;
- Reconhecer e valorizar a dimensão institucional do cargo de gestor das Relações Internacionais.

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA REDE FEDERAL

4.1 Internacionalização como intercâmbio de conhecimentos e aprimoramento de estudantes, docentes e técnicos administrativos

A Rede Federal se propõe a desenvolver a cooperação científica e tecnológica no sentido de ampliar a

qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão desenvolvidas. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia sempre encontrou na cooperação internacional um fértil espaço para desenvolvimento de ações que impactam na melhoria da sociedade. Torna-se de suma importância incentivar o trabalho de grupos de pesquisa em redes internacionais, especialmente considerando a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Esse desenvolvimento gerará impacto, também, na qualidade do ensino profissional e tecnológico e na capacitação dos docentes e dos técnicos administrativos.

4.2 Internacionalização como estratégia de desenvolvimento

O processo de internacionalização das instituições de educação, ciência e tecnologia repercute no desenvolvimento econômico, político, social e cultural dos países envolvidos. Os países que se desenvolveram nas últimas décadas o fizeram com uma política de forte investimento em educação, em todos os níveis, e sempre com implementação de programas de intercâmbio e de cooperação científica e tecnológica.

4.3 Internacionalização como promotora da solidariedade entre os países

A presente proposta de cooperação internacional baseia-se nos princípios de solidariedade e respeito mútuo, promovendo, encorajando e estimulando o desenvolvimento dos valores humanísticos e diálogos interculturais. A Rede Federal assume sua responsabilidade social no auxílio da diminuição da lacuna de desenvolvimento e na disparidade econômica e social, a fim de permitir um maior compartilhamento dos saberes, especialmente entre países com menor índice de desenvolvimento. Acredita-se que, com este tipo de ação, apoiaremos, além das ações descritas, o entendimento mútuo entre as

nações e uma cultura da paz. Princípio em consonância com a Agenda 2030 e com o Artigo 4 da Constituição Federal.

4.4 Internacionalização como difusão das atividades das instituições integrantes da Rede Federal

Considerando que a implementação das centenas de unidades acadêmicas que compõem a Rede Federal está intimamente relacionada com as demandas acadêmicas, sociais e econômicas e com os arranjos produtivos locais de uma determinada territorialidade, faz-se necessário dar visibilidade às atividades desenvolvidas. Neste sentido, com o fim de se estabelecer um vínculo entre o local e o global, por meio do fomento de uma identidade de pertencimento territorial, os projetos locais de cunho internacional precisam gerar reflexões a serviço do mundo, promovendo a socialização dos saberes que impactem na esfera de desenvolvimento econômico e social. A política de relações internacionais da Rede Federal se propõe a tecer desdobramentos concretos, tanto locais como regionais, aprofundando, verticalizando e expandindo as suas ações. A cooperação internacional da Rede Federal trará benefícios para todas as partes, por meio da criação de mecanismos transparentes, com o propósito de socializar as ações.

5. LINHAS DE AÇÃO DA COOPERAÇÃO, DO INTERCÂMBIO E DA MOBILIDADE ACADÊMICA

As linhas de ação para o desenvolvimento da cooperação, do intercâmbio e da mobilidade de caráter internacional, a serem propostas pela Rede Federal, terão como base a presente Política de Internacionalização. Na elaboração destas linhas de ação, faz-se necessário considerar a disponibilidade de recursos financeiros próprios, bem como a oferta de recursos externos por parte das agências nacionais e internacionais e a capacidade de captação que cada instituição.

Torna-se necessário comentar que, a partir da presente formalização da Política de Internacionalização da Rede Federal, cada ente integrante deste grupo necessita considerar sua condição no contexto das políticas de desenvolvimento regional, destacando as peculiaridades dos cursos, currículos, formação dos professores, dos técnicos administrativos e dos estudantes, referenciando-os na busca da garantia da qualidade do ensino. Torna-se imprescindível que cada instituição construa suas estratégias a partir da identificação das características e necessidades locais, levando-se em consideração as demandas identificadas por meio da articulação com os diversos segmentos da sociedade. Este documento constitui-se como um facilitador e orientador dos caminhos a serem percorridos por cada esfera impactada pela

proposta.

5.1. Fortalecimento das parcerias já existentes

Desde a reorganização da centenária Rede Federal no final de 2008, e até mesmo em ações desenvolvidas anteriormente à publicação da Lei 11.892/2008 (Lei de criação dos

Institutos Federais), uma série de parcerias com instituições, organismos ou organizações internacionais vem sendo implementada. O presente documento reconhece a importância destes vínculos estabelecidos e se propõe a consolidá-los e estruturá-los, de forma a permitir que todas as instituições integrantes da Rede Federal possam se beneficiar das possíveis ações decorrentes dessas parcerias estabelecidas.

5.2. Incremento da cooperação

A Rede Federal reconhece a importância da sensibilização da comunidade acadêmica para o desenvolvimento de ações no âmbito da cooperação internacional, tanto no sentido de explorar as práticas e saberes acumulados dos parceiros, como também para potencializar a excelência acadêmica existente no Brasil. Desta forma, define-se a cooperação internacional no sentido bilateral e multidirecional para dar conta de permitir que as ações de internacionalização ocorram não só no exterior, mas também dentro do espaço físico das unidades acadêmicas brasileiras com o recebimento de estudantes, professores, técnico-administrativos, pesquisadores, delegações e missões estrangeiras, bem como com o desenvolvimento de cursos com dupla diplomação além de projetos multinacionais e multi-institucionais tendo como base o território nacional para sua execução.

5.2.1. Relacionamento com instituições da América Latina e, em especial, com as do MERCOSUL e com a cooperação Sul-Sul

Trabalhar as similaridades existentes entre os países da América Latina é um elemento importante para o avanço das ações de cooperação internacional. A maior facilidade de comunicação com os povos de língua hispânica, as semelhanças econômicas, os desafios sociais comuns e os aspectos culturais servem como facilitadores desse processo. Ademais, a aproximação com os países da América Latina é uma orientação constitucional, devendo ser implementada pelas instituições públicas.

Mais especificamente, o relacionamento com as instituições dos países do Mercosul possui um caráter fundamentalmente estratégico. O desenvolvimento econômico e social da região garante a construção de um ambiente pacífico e igualitário na América do Sul, condicionantes para o alcance de uma integração regional bem sucedida. Para isso, deve se ampliar os vínculos já existentes com as instituições atuantes, como o Setor Educacional do Mercosul. Essas instâncias produzem periodicamente planos de ação e desenvolvimento que podem servir de base para a atuação dos Institutos Federais. Ação em consonância com o Parágrafo Único do Artigo 4 da Constituição Federal que trata da *“integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina”*

5.2.2 Relacionamento com instituições do continente africano

O relacionamento com a África apresenta duas grandes vertentes que podem servir de base para a cooperação com o Brasil. Por um lado, trabalha-se com o aspecto da solidariedade entre os povos, elemento relacionado ao reconhecimento dos laços

históricos com o continente africano e, por outro, baseia-se na identificação das grandes potencialidades da região, contribuindo para seu desenvolvimento e compartilhando as competências existentes na Rede Federal.

5.2.3 Incremento do envolvimento da Rede Federal com instituições da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

O Brasil assume um papel central dentro dessa comunidade, sendo responsável por muitas das iniciativas

envolvendo seus países. A CPLP, inclusive, é baseada não somente em aspectos linguísticos, mas principalmente culturais, econômicos, políticos e sociais. A política estabelecida pelo Ministério de Relações Exteriores quanto a esta relação é outro facilitador para a criação de projetos e parcerias importantes, tanto para capacitação de professores e de técnico-administrativos quanto para a recepção de estudantes. Ação em consonância com a Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa de 17/07/1996.

5.3. Posicionamento da Rede Federal junto à Organismos e Fóruns Internacionais

5.3.1 Consolidação da posição estratégica do Brasil na WFCP

O Brasil, em especial a Rede Federal, assume uma posição de bastante destaque no cenário internacional da formação profissional e tecnológica dentro da *World Federation of Colleges and Polytechnics* (WFCP). O presente documento de políticas de internacionalização assume um compromisso com o desenvolvimento de ações que destaquem a posição do país nessa importante associação, bem como se coloca na posição estratégica de interlocutor para a captação de novos membros no eixo latino-americano.

5.3.2 Ampliação das ações com a UNESCO-UNEVO

O desenvolvimento de ações em parceria com a UNESCO-UNEVO (*International Centre for Technical and Vocational Education and Training*) representa um importante instrumento de potencialização de ações da Rede Federal por permitir o envolvimento dessa rede com esse instituto vinculado à UNESCO que tem por finalidade o desenvolvimento de projetos relacionados com o mundo do trabalho.

5.3.3 Fortalecimento de projetos e ações que dialoguem com a Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Ainda em 2015 representantes dos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas reconheceram que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto foi elaborada a Agenda 2030, um guia para as ações da comunidade internacional. O documento está organizado em 17 objetivos e 169 metas. O Objetivo número 4, refere-se diretamente à Educação: “Assegurar a

educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

Os demais objetivos também dialogam com os objetivos e finalidades da Rede Federal. Estimular o desenvolvimento de projetos e ações que contribuam para o alcance das metas propostas na Agenda reveste as instituições da Rede Federal em atores fundamentais na agenda de desenvolvimento global.

5.4. Prospecção da Rede Federal para a construção das novas alianças e parcerias

Ao assumir uma posição de destaque no cenário internacional no plano da cooperação, a Rede Federal passa a assumir um papel estratégico no processo de captação de novas parcerias que permitam o incremento das potencialidades existentes. Acredita-se, com isso, que surjam novas possibilidades no plano da bilateralidade.

5.5. Aproximação da Rede Federal com agências de fomento nacionais e internacionais

No que se refere à cooperação internacional, a captação de recursos para promoção das ações demanda especial atenção. A Rede Federal propõe uma aproximação com agências de fomento nacionais e internacionais no sentido de tecer diálogos promotores de consolidação de projetos e captação de recursos para permitir que propostas sejam implementadas, não tendo como única fonte de recurso a matriz orçamentária proveniente da SETEC/MEC.

Identificadas essas linhas mestras, é preciso ressaltar que qualquer relacionamento com instituições equivalentes de outros países deve ser visto como uma oportunidade de intercâmbio de conhecimentos, práticas acadêmicas, de gestão, de culturas e, principalmente, de experiências de vida, além da possibilidade de projeção do modelo de ensino da Rede Federal ao cenário internacional. A mobilidade de estudantes, de professores e de técnico-administrativos geram conhecimentos que transcendem aqueles gerados em sala de aula. É preciso que se reconheça que os beneficiários da cooperação internacional têm garantida uma formação completa, baseada, acima de tudo, na plena cidadania, que inclui a preparação para o exercício da multiculturalidade.

Documento fora construído na reunião do Forinter ocorrida entre os dias 06 e 07 de abril de 2017 na cidade de Pelotas, nas dependências do Instituto Federal Sul-rio-grandense, revisitado e atualizado pelo Grupo de Trabalho Políticas de Internacionalização durante os anos de 2021/2022 com a participação dos Assessores Internacionais da Rede Federal, e entregue aos representantes da Câmara de Relações Internacionais do Conif. Brasil,

XX de maio de 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

KINGHT, JANE. *Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales*. *Journal of Studies in International Education*, v. 8, n. 1, 2004.

MILANI, C. R. S.; PINHEIRO, L. **Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública**. *Contexto Internacional*, vol. 35, n° 1, janeiro/junho 2013, p. 11-41.

SZYSZLO, Peter. **Internationalization Strategies for the Global Knowledge Society**. 6 Canadian Bureau for International Education (CBIE). Janeiro 2016. Disponível em: <http://cbie.ca/wp-content/uploads/2016/05/CBIE-research-Szyszlo-PhD-E.pdf>

© 2022 Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

É autorizada a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte. CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF)

PRESIDENTE

Cláudio Alex Jorge da Rocha

CÂMARA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Coordenador Marcelo Bregagnoli

ASSESSORIA INTERNACIONAL DO CONIF

Assessora de Relações Internacionais

Ana Carolina Oliveira Batista

Coordenador de Relações Internacionais

João Paulo Rotelli

FÓRUM DE ASSESSORES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO CONIF Coordenador

Anderson Galvão

GRUPO DE TRABALHO – POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Ana Carolina Oliveira Batista - CONIF

Anderson Allan Almeida Galvão – Instituto Federal de Brasília

Caroline Maria Costa Barros – Instituto Federal do Amapá

Fernanda Emanuela Ferreira – Instituto Federal de Santa Catarina

Francisco Gutenberg Albuquerque Filho – Instituto Federal do Ceará Frederico

Chaves Sampaio Júnior – Instituto Federal de Sergipe

João Paulo Guerra Rotelli - CONIF

Luciano de Paula Pereira Perilo – Instituto Federal de Goiás

Vilton Soares de Souza – Instituto Federal do Maranhão

SCS, quadra 2, bloco D, Edifício Oscar Niemeyer

térreo, lojas 2 e 3, Brasília – DF

CEP: 70316-900.